

GS Inima Brasil Ltda. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Cotistas e Administradores da
GS Inima Brasil Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GS Inima Brasil Ltda. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GS Inima Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 25 de abril de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fabiano Ricardo Tessitore
Contador
CRC nº 1 SP 216451/O-1

GS INIMA BRASIL LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.209	267	97.861	55.982	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	36.108	28.184
Aplicações financeiras	5	-	-	-	22.726	Debêntures privadas e notas promissórias	13	10.270	11.089	25.929	62.138
Contas a receber	6	115	214	32.578	33.950	Fornecedores		6.638	3.029	16.051	10.264
Contas a receber de locação de ativos	6	-	-	35.023	34.275	Obrigações sociais		3.201	2.685	9.601	7.645
Ativo financeiro	7	-	-	49.257	38.958	Obrigações fiscais		1.041	444	4.098	3.014
Dividendos a receber	11	13.474	23.126	-	0	Concessão de serviços públicos	14	-	-	4.988	4.845
Estoques		-	-	2.009	1.460	Partes relacionadas	11	7.614	1.885	13.743	1.873
Impostos a recuperar		250	595	1.446	708	Outras obrigações		7	6	814	2.042
Partes relacionadas	11	24.892	19.471	6.973	1.825	Total do passivo circulante		28.771	19.138	111.335	120.005
Outros créditos		41	64	3.511	1.714						
Total do ativo circulante		44.981	43.737	228.657	191.598	NÃO CIRCULANTE					
NÃO CIRCULANTE						Empréstimos e financiamentos	12	-	-	254.470	138.165
Contas a receber	6	-	-	1.039	2.777	Debêntures privadas e notas promissórias	13	12.374	20.360	99.412	112.316
Aplicações financeiras	5	1.022	978	1.022	978	Partes relacionadas	11	2.330	803	2.330	803
Contas a receber locação de ativos	6	-	-	184.773	189.415	Fornecedores		-	-	57	-
Ativo financeiro	7	-	-	294.662	245.523	Concessão de serviços públicos	14	-	-	58.855	58.379
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	679	867	9.108	7.306	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	33.402	29.841
Depósitos Judiciais		16	6	1.362	-	Provisão para riscos	16	-	-	984	1.391
Outros créditos		23	22	357	772	Outras obrigações		1.070	1.036	6.272	7.461
Investimentos em controladas e coligadas	8	302.182	294.694	-	-	Total do passivo não circulante		15.774	22.199	455.782	348.356
Imobilizado	9	322	310	3.664	3.766	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
Intangível	10	1.770	2.237	193.231	166.584	Capital social		104.365	100.102	104.365	100.102
Total do ativo não circulante		306.014	299.114	689.218	617.121	Reserva de capital		3.928	3.928	3.928	3.928
						Reserva de lucros retidos		198.157	197.484	198.157	197.484
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		306.450	301.514	306.450	301.514
						Participação dos acionistas não controladores				44.308	38.844
						Total do patrimônio líquido		306.450	301.514	350.758	340.358
TOTAL DO ATIVO		350.995	342.851	917.875	808.719	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		350.995	342.851	917.875	808.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA LÍQUIDA	17	56.848	44.020	325.582	271.863
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(41.124)	(30.149)	(171.961)	(125.079)
LUCRO BRUTO		15.724	13.871	153.621	146.784
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
Gerais e administrativas	18	(25.361)	(20.027)	(50.632)	(47.084)
Resultado de equivalência patrimonial	8	42.460	42.188	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	18	1	(25)	53	23
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		17.100	22.136	(50.579)	(47.061)
RESULTADO FINANCEIRO		32.824	36.007	103.042	99.723
Receitas financeiras	19	468	990	5.966	7.250
Despesas financeiras	19	(3.391)	(5.458)	(42.731)	(44.682)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		(2.923)	(4.468)	(36.765)	(37.432)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		29.901	31.539	66.277	62.291
Correntes	20	-	-	(20.807)	(19.662)
Diferidos	20	(188)	849	(10.293)	(6.508)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(188)	849	(31.100)	(26.170)
ATRIBUÍDO À		29.713	32.388	35.177	36.121
Participação dos acionistas da controladora				29.713	32.388
Participação dos acionistas não controladores				5.464	3.733
				35.177	36.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	29.713	32.388	35.177	36.121
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>29.713</u>	<u>32.388</u>	<u>35.177</u>	<u>36.121</u>
ATRIBUÍDO À				
Participação dos acionistas da controladora			29.713	32.388
Participação dos acionistas não controladores			5.464	3.733
			<u>35.177</u>	<u>36.121</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva capital	Reserva de Lucros retidos	Lucros acumulados	PL atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		100.102	3.928	168.465	-	272.495	35.111	307.606
Lucro líquido do exercício		-	-	-	32.388	32.388	3.733	36.121
Dividendos distribuídos	15	-	-	(3.369)	-	(3.369)	-	(3.369)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	32.388	(32.388)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		100.102	3.928	197.484	-	301.514	38.844	340.358
Ajuste na adoção do CPC 48		-	-	(13.040)	-	(13.040)	-	(13.040)
Aumento de capital	15	4.263	-	-	-	4.263	-	4.263
Lucro líquido do exercício		-	-	-	29.713	29.713	5.464	35.177
Dividendos distribuídos	15	-	-	(16.000)	-	(16.000)	-	(16.000)
Transferência para reserva de retenção de lucros		-	-	29.713	(29.713)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>104.365</u>	<u>3.928</u>	<u>198.157</u>	<u>-</u>	<u>306.450</u>	<u>44.308</u>	<u>350.758</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GS INIMA BRASIL LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		29.713	32.388	29.713	32.388
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		188	(849)	10.293	6.508
Depreciação e amortização	9 e 10	642	546	6.914	7.038
Juros sobre empréstimos		2.746	4.806	31.786	32.821
Encargos financeiros sobre a outorga		-	-	5.574	7.474
Remuneração do ativo financeiro	19	-	-	(45.679)	(46.344)
Remuneração do contas a receber - locação de ativo		-	-	(37.631)	(37.688)
Redução ao valor recuperável do ativo financeiro		-	-	25.102	-
Resultado da equivalência patrimonial	8	(29.419)	(42.188)	13.041	-
Complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	1.606	587
Amortização de custos para emissão de debêntures	19	172	172	324	324
Provisão para riscos		-	(46)	300	1.158
Participação dos acionistas não controladores		-	-	5.464	3.733
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		99	(33)	983	(186)
Estoques		-	-	(549)	111
Ativo financeiro	7	-	-	(48.405)	(5.904)
Contas a receber de locação de ativos		-	-	25.966	33.209
Partes relacionadas		-	-	-	-
Impostos a recuperar		345	2.396	(738)	2.357
Outros créditos		22	44	(706)	(610)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		3.610	415	8.937	10.385
Partes relacionadas		1.835	(7.947)	2.124	(7.943)
Obrigações sociais		517	618	1.955	264
Obrigações fiscais		597	(12)	22.504	20.705
Impostos diferidos		-	-	(187)	(1.035)
Outras obrigações		24	51	(733)	425
Pagamento de causas cíveis e trabalhistas		-	-	(632)	(602)
Pagamento concessão de serviços públicos		-	-	(4.955)	(4.778)
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais, antes do pagamento de juros e impostos:		<u>11.091</u>	<u>(9.639)</u>	<u>52.371</u>	<u>54.397</u>
Juros pagos sobre empréstimos		(3.223)	(2.306)	(32.112)	(27.072)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(21.633)	(19.290)
		<u>(3.223)</u>	<u>(2.306)</u>	<u>(53.745)</u>	<u>(46.362)</u>
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>7.868</u>	<u>(11.945)</u>	<u>(1.374)</u>	<u>8.035</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(44)	19.786	22.682	5.005
Lucros/dividendos recebidos de controlada	8	39.331	10.828	-	-
Aquisição de participação acionária em investimento	8	-	(3.503)	-	-
Integralização de capital em controladas	8	(7.749)	(2.858)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	9	(108)	(75)	(733)	(628)
Baixas de ativo imobilizado	9	2	25	111	26
Aquisição de ativo intangível	9	(81)	(433)	(34.763)	(15.676)
Baixas de ativo intangível		-	-	290	138
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>31.351</u>	<u>23.770</u>	<u>(12.413)</u>	<u>(11.135)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos:					
Captações		-	-	164.695	69.651
Pagamentos de principal		(8.500)	(10.100)	(84.623)	(23.653)
Pagamentos de debêntures		-	-	(4.977)	(11.727)
Integralização de capital social	15	4.263	-	4.263	-
Subscrição de capital de não controladores		-	-	5.348	2.053
Pagamento de dividendos		(29.040)	(3.368)	(29.040)	(3.368)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	18
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(33.277)</u>	<u>(13.468)</u>	<u>55.666</u>	<u>32.974</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>5.942</u>	<u>(1.643)</u>	<u>41.879</u>	<u>29.874</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		267	1.910	55.982	26.108
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>6.209</u>	<u>267</u>	<u>97.861</u>	<u>55.982</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

GS INIMA BRASIL LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GS Inima Brasil Ltda. ("Sociedade" ou "Controladora") foi constituída em 29 de maio de 2008 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem, construção de obras, incluindo estações de tratamento de água potável, de água doce ou salgada, estações de tratamento de esgoto doméstico ou industrial, sistemas de secagem e/ou disposição de lodo, redes coletoras, redes de distribuição e obras complementares a serviços de meio ambiente e saneamento em geral.
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura, incluindo serviços de saneamento e potabilização, mediante qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de saneamento.
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

Abaixo um resumo das atividades de cada controlada sobre a qual a Sociedade possui controle acionário:

AMBIENT

A Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. ("Ambient") foi constituída em 20 de setembro de 1995, tendo como objeto a exploração, por meio de concessão, do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, consoante o disposto no Edital nº 005/95 da Prefeitura de Ribeirão Preto e do Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto - DAERP.

O contrato de concessão estabelece o prazo de concessão em 20 anos, com possibilidade de prorrogação. Em 26 de novembro de 2015, a Ambient firmou um aditivo a esse contrato de concessão que prorrogou a vigência até 28 de setembro de 2033.

O referido contrato de concessão não contempla valor estimado de investimentos, o qual depende da evolução da demanda e volume de esgoto tratado.

Em decorrência de o modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa, a Ambient não tem custos com o Poder Concedente pela exploração dos serviços mencionados, seja na forma de ônus fixo ou variável pelo direito de concessão.

ARAUCÁRIA

A Araucária Saneamento S.A. ("Araucária"), foi constituída em 21 de maio de 2010, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 11.948/09 (Contrato), celebrado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 11.948/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação de Coletores Tronco, Estações Elevatórias de Esgotos, Linhas de Recalques, Interceptores, Interligações das Redes Existentes aos Coletores Troncos, Ligações Domiciliares de Esgotos, Gradeamento Preliminar, Estação de Tratamento de Esgotos (Reator Biológico seguida de Membrana Filtrante) e Emissário Final do Sistema de Esgotos Sanitários de Campos do Jordão, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato.

A Araucária foi integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumiu toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva.

O prazo de duração da Araucária será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do termo de contrato, e foi estimada em 276 meses. O valor estimado do contrato é de R\$266.880, composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R\$1.112, que correspondem ao Valor Mensal da Locação - VML, na data de referência dos preços (1º de março de 2010).

O VML a ser recebido, segundo o contrato, será suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados. A primeira etapa do contrato refere-se ao período de prestação de serviço de obras e pré-operação com duração prevista de 30 meses e não é objeto de remuneração a qualquer título. A segunda etapa do contrato, com duração prevista de 240 meses, contemplará a prestação de serviço de operação assistida e locação e nesse período a Araucária será remunerada pelo VML. O valor estimado para conclusão da obra é R\$106.000, conforme contrato entre a Araucária e o consórcio construtor responsável pela execução.

Ao término da operação assistida em outubro de 2015, a sua principal atividade operacional passou a ser exclusivamente a locação do Sistema de Esgotos Sanitários de Campos do Jordão à SABESP por um período de 240 meses a partir da emissão do Termo de Aceitação Provisória, formalizado entre a Araucária e a SABESP e emitido em abril de 2014. Com base nas principais características do contrato de locação, sumarizadas nos itens a seguir, e nos conceitos e práticas contábeis estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que trata de Operações de Arrendamento Mercantil, a referida operação de locação da Araucária foi avaliada como arrendamento mercantil financeiro, similarmente a uma operação de venda de ativo financiada à SABESP, em função das características relacionadas abaixo:

- A transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil.
- No início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza, substancialmente, todo o valor justo do ativo arrendado.

Com essa nova configuração, a Araucária passou a ter como principal objetivo a assunção e o gerenciamento dos ativos (contas a receber) e passivos (financiamentos e patrimônio) produzidos na concessão, exercendo a correspondente gestão até o término do prazo do referido contrato.

SANEVAP

A Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. ("Sanevap"), foi constituída em 4 de julho de 2011, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Termo de Contrato CSS nº 40.576/09 ("Contrato"), celebrado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP"), decorrente da Concorrência Internacional SABESP CSS nº 40.576/09, relativa à Locação de Ativos, precedida da Concessão do Direito Real de Uso das Áreas e da Execução das Obras de Implantação do Sistema de Esgotos Sanitários do Município de São José dos Campos - Sub Bacia Pararangaba (parcial), composto pela Estação de Tratamento de Esgoto, Coletor Tronco Pararangaba (parcial), Coletor Tronco Botujuru (parcial), Coletor Tronco Galo Branco, Coletor Tronco Cajuru, Estação Elevatória de Esgotos São Vicente e respectiva Linha de Recalque, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas autorizadas no Termo de Contrato.

A Sanevap é integralmente responsável pelas obras e pela obtenção dos recursos financeiros para sua execução. A SABESP assumirá toda a operação e a manutenção periódica do sistema após a conclusão da construção, assim como todas as despesas decorrentes da operação e manutenção corretiva, preventiva e preditiva.

O prazo de duração da Sanevap será o necessário para cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Termo de Contrato e foi estimado em 276 meses. O valor estimado do contrato é de R\$186.960 composto pela remuneração dos serviços prestados através do recebimento de 240 parcelas no valor de R\$779, que correspondem ao VML, na data de referência dos preços (1º de março de 2011).

O VML é suficiente para a remuneração de todos os investimentos objeto do contrato em questão e quando do advento do termo contratual, considerar-se-á que esses investimentos foram completamente amortizados. A primeira etapa do contrato refere-se ao período de prestação de serviço de obras e pré-operação, com duração prevista de 30 meses e não é objeto de remuneração a qualquer título. A segunda etapa do contrato, com duração prevista de 240 meses, contempla a prestação de serviço de operação assistida e locação, e nesse período a Sanevap é remunerada pelo VML. O valor estimado para conclusão da obra é R\$80.374, conforme contrato entre a Sanevap e o consórcio construtor responsável pela sua execução.

Ao término da operação assistida em maio de 2016, a principal atividade operacional passou a ser exclusivamente a locação do Sistema de Esgotos Sanitários de São José dos Campos à SABESP por um período de 240 meses a partir da emissão do Termo de Aceitação Provisória, formalizado entre a Sanevap e a SABESP e emitido em janeiro de 2015. Com base nas principais características do contrato de locação, sumarizadas nos itens a seguir, e nos conceitos e práticas contábeis estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que trata de Operações de Arrendamento Mercantil, a referida operação de locação da Sanevap foi avaliada como arrendamento mercantil financeiro, similarmente a uma operação de venda de ativo financiada à SABESP, em função das características relacionadas abaixo:

- A transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil.
- No início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza, substancialmente, todo o valor justo do ativo arrendado.

Com essa nova configuração, a Sanevap passou a ter como principal objetivo a assunção e o gerenciamento dos ativos (contas a receber) e passivos (financiamentos e patrimônio) produzidos na concessão, exercendo a correspondente gestão até o término do prazo do contrato.

SESAMM

A Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. ("Sesamm") foi constituída em 15 de agosto de 2008, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o contrato de concessão, celebrado com o Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 003/2008 relativo à prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto do Município, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, bem como a realização das atividades correlatas e exploração de fontes de receitas autorizadas no contrato de concessão, tais como a comercialização dos resíduos do tratamento de esgoto, a prestação de serviços de tratamento de efluentes às indústrias instaladas no Município e a reutilização do efluente final.

Os serviços de tratamento de esgoto prestados pela Sesamm são remunerados pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim ("Poder Concedente"), por intermédio do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE, por meio da soma das seguintes parcelas: (a) remuneração dos investimentos mediante aplicação da tarifa do componente de investimento proposta pela Contratada, expressa em R\$/m³ de esgoto, aplicada ao volume de tratamento de esgoto ofertado em cada etapa da ETE, conforme previsto no Edital, de modo que a tarifa mensal relacionada à remuneração do investimento seja cobrada independentemente do volume de esgoto tratado e (b) remuneração da operação e manutenção mediante aplicação da tarifa do componente operacional proposta pela Contratada, expressa em R\$/m³ de esgoto, aplicada ao volume mensal de esgoto tratado medido na saída da ETE.

As receitas auferidas pelas atividades correlatas, quando existirem, serão computadas para redução da tarifa referente ao tratamento de esgoto na proporção de 30% sobre o lucro líquido advindo dessas atividades.

O contrato estabeleceu o prazo de concessão em 30 anos, com possibilidade de prorrogação e, extinta a concessão, os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à concessão retornam ao Poder Concedente.

Uma vez que o modelo do contrato de concessão é da forma não onerosa, a Sesamm não paga ao Poder Concedente nenhum ônus fixo e/ou variável pela exploração dos serviços mencionados.

O valor estimado do contrato é R\$286.109, composto pela remuneração dos investimentos e pela operação do tratamento do esgoto. Cabe destacar, ainda, que o valor dos investimentos estimados a serem efetuados para execução das quatro fases do projeto de implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto é da ordem de R\$103.069, dos quais já foi investido até 31 de dezembro de 2018, na primeira e segunda fase do projeto, o montante de R\$55.174 com os impostos sobre receitas de construção. A Sesamm estima que os investimentos adicionais para conclusão das quatro fases sejam de aproximadamente R\$47.895, líquidos dos impostos sobre receitas de construção.

Em 14 de setembro de 2016, a Sesamm assinou o Termo Aditivo nº 213.03/2016 referente ao reequilíbrio econômico e financeiro do contrato pela comprovação de utilização de meios construtivos não previstos no projeto básico do edital. Esse aditivo tem o valor de R\$6.914 a serem recebidos em 69 parcelas.

SANAMA

A Sanama Saneamento Alta Maceió S.A. ("Sanama"), foi constituída em 8 de outubro de 2014, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão Administrativa nº 079/2014 ("Contrato"), celebrado com a Companhia de Saneamento de Alagoas ("CASAL"), decorrente Concorrência Nacional cujo objeto consiste na: (a) implantação, operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 25, 26, 27, 31, 34 e 35 da Parte Alta de Maceió; (b) operação e manutenção do Sistema de Esgotamento Sanitário dos setores 30, 32 e 33 da Parte Alta da cidade de Maceió; (c) realização de serviços complementares relativos à Leitura de Hidrômetros, Fiscalização, Cobrança e Gestão Comercial visando o incremento de Arrecadação da CASAL; (d) como Parte Alta da Cidade de Maceió entende-se o recorte geográfico composto pelos setores 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 da Unidade de Negócios de Benedito Bentes da CASAL.

O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos contados a partir da data de eficácia do contrato que é aquela em que estiverem implementadas as condições suspensivas, que deverão ser implementadas pelas partes em prazo não superior a 180 dias.

Depois de cumprido todos os requisitos, a CASAL emitirá a competente Ordem de Serviço que marcará a Data de Vigência do Contrato. O valor estimado do contrato é R\$289.544 composto pela remuneração dos serviços de esgotamento sanitário na Área da Participação Público Privada (PPP), acrescida do incremento de faturamento advindo da redução da inadimplência da Área da PPP, decorrente da adoção das ações previstas no Termo de Referência.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sanama vem prestando serviços relacionados a gestão comercial e a tratamento de esgoto de uma estação de pequeno porte que será desativada quando for interligada à estação de tratamento ora em implantação. Também vem realizando obras lineares e a construção da estação de tratamento de esgoto prevista para finalização durante 2019, quando inicia-se sua operação.

CAEPA

A Caepa Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A. ("Caepa") foi constituída em 10 de abril de 2015, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 0002/2014 ("Contrato"), celebrado com o Município de Paraibuna cujo objeto consiste na exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que compreende o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários.

O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos contados da data de vigência da Ordem de Serviço e se encerrará com a formalização do respectivo Termo de Devolução do Sistema, podendo ser prorrogado até o limite de 30 (trinta) anos.

A Concessão será integrada pelos bens que lhe estão afetos, considerado como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim todos os bens necessários e vinculados à adequada execução do Serviço Público de Água e Esgoto.

Em 31 de dezembro de 2018, a Caepa encontrava-se em operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e serviços da gestão comercial.

COMASA

A COMASA - Companhia Águas de Santa Rita S.A. ("Comasa"), foi constituída em 4 de fevereiro de 2016, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 003/2015 ("Contrato"), celebrado com o Município de Santa Rita do Passa Quatro cujo objeto consiste na exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que compreende o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários.

O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos contados da data de vigência da Ordem de Serviço e se encerrará com a formalização do respectivo Termo de Devolução do Sistema, podendo ser prorrogado até o limite de 30 (trinta) anos.

A Concessão será integrada pelos bens que lhe estão afetos, considerado como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim todos os bens necessários e vinculados à adequada execução do Serviço Público de Água e Esgoto.

Em 31 de dezembro de 2018, a Comasa encontrava-se em operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e serviços da gestão comercial.

SAMAR

A Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Samar"), é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 23 de agosto de 2012. A Samar é concessionária de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba - SP, compreendendo a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, inclusive ligações e respectivos instrumentos de medição, bem como a coleta, o afastamento, o tratamento e a disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A concessão teve início em novembro de 2012 e tem prazo de duração de 30 anos, encerrando em 2042.

Foi divulgada no dia 22 de janeiro de 2019, a correção automática e periódica no percentual de 3,75% do valor das tarifas de fornecimento de água e de esgoto, entrando em vigor após 30 dias.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são preparadas e apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Sociedade e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em reais - R\$ foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Critérios de consolidação

A Sociedade consolidou integralmente as demonstrações financeiras de suas controladas Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. ("Ambient"), Araucária Saneamento S.A. ("Araucária"), Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A. ("Sanevap"), Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. ("Sesamm"), Sanama Saneamento Alta Maceió S.A. ("Sanama"), Caepa Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A. ("Caepa"), Comasa Companhia Águas de Santa Rita S.A. ("Comasa") e Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Samar") nas quais detém participação sobre o capital social de 100%, 51%, 50,1%, 57%, 60%, 95%, 75% e 100%, respectivamente.

Considera-se existir controle quando a Sociedade detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Assim sendo, considerando existirem esses condicionantes em relação aos investimentos detidos pela Sociedade, foram consolidadas integralmente as demonstrações financeiras das suas controladas, com base nas demonstrações levantadas na mesma data-base da Controladora.

Os seguintes principais procedimentos de consolidação adotados foram: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de transações entre as empresas consolidadas; (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas e; (e) cálculo de participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando aplicável.

A seguir, destaca-se um resumo dos balanços patrimoniais das controladas:

	2018							
	<u>Ambient</u>	<u>Araucária</u>	<u>Sanevap</u>	<u>Sesamm</u>	<u>Sanama</u>	<u>Caepa</u>	<u>Comasa</u>	<u>Samar</u>
Ativo:								
Ativo circulante	88.462	34.082	21.133	25.175	1.208	6.777	5.789	32.957
Ativo não circulante	<u>211.818</u>	<u>108.921</u>	<u>76.041</u>	<u>64.348</u>	<u>28.244</u>	<u>2.616</u>	<u>6.359</u>	<u>148.071</u>
Total do ativo	<u>300.280</u>	<u>143.003</u>	<u>97.174</u>	<u>89.523</u>	<u>29.452</u>	<u>9.393</u>	<u>12.148</u>	<u>181.028</u>
Passivo:								
Passivo circulante	29.996	17.328	11.098	7.031	15.175	1.185	750	31.908
Passivo não circulante	124.830	97.677	75.290	41.012	-	7.000	5.000	89.200
Patrimônio líquido	<u>145.454</u>	<u>27.998</u>	<u>10.786</u>	<u>41.480</u>	<u>14.277</u>	<u>1.208</u>	<u>6.398</u>	<u>59.920</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>300.280</u>	<u>143.003</u>	<u>97.174</u>	<u>89.523</u>	<u>29.452</u>	<u>9.393</u>	<u>12.148</u>	<u>181.028</u>
	2017							
	<u>Ambient</u>	<u>Araucária</u>	<u>Sanevap</u>	<u>Sesamm</u>	<u>Sanama</u>	<u>Caepa</u>	<u>Comasa</u>	<u>Samar</u>
Ativo:								
Ativo circulante	71.564	32.485	20.100	20.663	840	473	1.477	41.042
Ativo não circulante	<u>184.288</u>	<u>111.608</u>	<u>78.073</u>	<u>63.850</u>	<u>5.360</u>	<u>1.212</u>	<u>5.111</u>	<u>122.595</u>
Total do ativo	<u>255.852</u>	<u>144.093</u>	<u>98.173</u>	<u>84.513</u>	<u>6.200</u>	<u>1.685</u>	<u>6.588</u>	<u>163.637</u>
Passivo:								
Passivo circulante	85.110	17.402	10.758	5.429	247	268	554	21.883
Passivo não circulante	20.722	100.213	76.552	39.823	-	-	-	88.452
Patrimônio líquido	<u>150.020</u>	<u>26.478</u>	<u>10.863</u>	<u>39.261</u>	<u>5.953</u>	<u>1.417</u>	<u>6.034</u>	<u>53.302</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>255.852</u>	<u>144.093</u>	<u>98.173</u>	<u>84.513</u>	<u>6.200</u>	<u>1.685</u>	<u>6.588</u>	<u>163.637</u>

2.5. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para a realização dos ativos, determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação de receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão descritos a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - Contratos de Concessão, a Sociedade e suas controladas efetuam análises que envolvem julgamento pela Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

Determinação das receitas e custos de construção e locação de ativos

Quando contratam serviços de construção, a Sociedade e suas controladas devem reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão ou construção.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Sociedade e suas controladas entende que o contrato firmado com o poder concedente não prevê margem de lucro na construção.

Na primeira etapa de um contrato de locação de ativo, que compreende a construção, as receitas e custos associados ao contrato de construção são reconhecidos tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada no contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa.

Na segunda etapa de um contrato de locação de ativo, que compreende o período de arrendamento mercantil dos ativos é reconhecida a atualização do ativo financeiro e da locação de ativos registrada a valor justo, com base nas estimativas de retorno interno determinadas no contrato.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

O ativo financeiro é registrado pelo valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após o início das operações, o ativo financeiro passa a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão ou construção.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade e suas controladas são reconhecidos quando a Sociedade e suas controladas são parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: a) pelo valor justo por meio do resultado (VJR); e b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativo financeiro da concessão.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão a valor justo por meio do resultado. Consistem em aplicações com vencimento original de três meses ou a partir da data de contratação, podem estar sujeitas a um risco significativo de alteração de valor, não possuem liquidez imediata e são utilizadas na liquidação das obrigações de longo prazo.

Contas a receber

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. Na Controladora, referem-se aos serviços de construção civil e operação e manutenção de estação de tratamento de esgoto. São registradas com base nos valores nominais e, quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão para cobrir prováveis perdas na sua realização.

No Consolidado, incluem os serviços de tratamento de esgoto, locação de ativo, abastecimento de água, gestão comercial e construção civil. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas.

Ativo financeiro da concessão

Reconhecido conforme mencionado na nota explicativa nº 2.5. As controladas Ambient, Sesamm e Sanama reconheceram um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços de tratamento de esgoto. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial e está representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas. É mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os encargos financeiros cumulativos sobre esse valor calculado, utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações. A segregação do saldo entre o ativo circulante e não circulante é registrada com base no cronograma de recebimento determinado em contrato.

Contas a receber locação de ativos

As controladas Araucária e Sanevap reconheceram contas a receber representados pelo direito a faturar decorrente do contrato de locação de ativos de longo prazo com a SABESP, qualificados como arrendamento mercantil financeiro. Estes valores são apresentados no ativo circulante e não circulante com base no respectivo prazo de realização e estão ajustados a valor presente.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no fim de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram. A Sociedade e suas controladas transferem os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e i) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou ii) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

ii. Passivos financeiros

A Sociedade e suas controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, concessões de serviços públicos, partes relacionadas e outros passivos.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos, financiamentos e debêntures tomados são apresentados pelo custo amortizado, ou seja, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficar prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Debêntures mantidas até o vencimento são passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, as debêntures são medidas pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Fornecedores, outros passivos e partes relacionadas

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

Ajuste a valor presente - AVP de passivos

Os passivos monetários de longo prazo são ajustados ao valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

iii. Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.2. Estoques

Referem-se substancialmente a materiais para manutenção e aplicação na rede de abastecimento de água e tratamento de esgoto. Demonstrados pelo menor valor entre o valor de custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques.

3.3. Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras levantadas na mesma data-base da Sociedade.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas com base na vida útil do ativo pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9 limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão (no caso das controladas Ambient e Sesamm).

3.5. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações calculadas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica estimada dos bens. São registrados os custos de aquisições com software, cuja amortização é linear em um período de cinco anos e investimentos da concessão, cuja amortização é pelo prazo da concessão. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos.

As controladas Caepa, Comasa e Samar reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Sociedade e suas controladas torna-se apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

3.6. Outros ativos e outras obrigações

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e suas controladas e se o custo ou o valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.7. Provisões para riscos

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a Administração da Sociedade e suas controladas espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

A provisão para riscos está registrada de acordo com a avaliação de riscos (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Sociedade e suas controladas e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à classificação no longo prazo.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Correntes

Na Controladora e nas suas controladas as provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Diferidos

Na Controladora e nas suas controladas, quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal e base de contribuição negativa e de outras diferenças temporárias (ativas ou passivas) entre os livros fiscais e os saldos contábeis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.9. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas de operação são apropriadas de acordo com o exercício de competência.

As receitas de operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto das cidades de Ribeirão Preto, Mogi Mirim e Maceió e do sistema de distribuição de água, coleta e afastamento de esgoto sanitário e gestão comercial das cidades de Paraibuna, Santa Rita do Passa Quatro e Araçatuba e a receita de concessão pela remuneração do ativo financeiro.

As receitas de locação de ativo são provenientes do direito a faturar e são reconhecidas pela atualização do ativo financeiro registrado a valor justo com base nas estimativas de retorno interno determinadas no contrato.

Nas controladas Araucária e Sanevap, conforme descrito na nota explicativa nº 1, reconheceu-se a venda do ativo no resultado durante o exercício 2015 e 2016 respectivamente com a contabilização da receita pelo valor justo em contrapartida a contas a receber (circulante e não circulante) e o custo pelo valor do investimento.

As receitas relacionadas aos serviços de construção são reconhecidas pelo valor justo, com base no estágio de conclusão das obras realizadas.

3.10. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e efeitos dos ajustes a valor presente.

3.11. Mudanças nas práticas contábeis

A Sociedade e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação direta dessas normas está descrito abaixo:

- CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto tempo a receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e Interpretações Relacionadas. De acordo com o CPC 47, em geral, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Administração da Sociedade e suas controladas avaliou os possíveis impactos de adoção dessa norma, porém, não identificou impactos relevantes em suas operações.

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Essa norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

a) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A tabela e as notas explicativas a seguir explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Sociedade e suas controladas em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.

CPC 38/ IAS 39	CPC 48/IFRS 9
VJR (mantido para venda)	VJR (residual)
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Mantido até o vencimento	VJORA para dívidas
Disponível para venda	VJORA para instrumentos de patrimônio

b) “Impairment” de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contrato e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

A Administração da Sociedade e suas controladas optou por avaliar as estimativas de perdas de créditos esperadas ao longo da vida determinada pelo Termo de Contrato, citado na nota explicativa nº 1, relacionado ao contas a receber do ativo financeiro. O estudo considerou os fluxos de caixas devidos à Sociedade e suas controladas, de acordo com o Termo de Contrato, e mensurou a perda esperada de acordo com: i) a análise de default histórico (perdas incorridas); ii) risco da região dos ativos financeiros; e iii) curva de spreads de crédito.

A partir desse estudo foram gerados fatores de perdas estimadas aplicados sobre os montantes das contas a receber do ativo financeiro que geraram as perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (“impairment”), conforme mencionado nas notas explicativas nº 6 e nº 7.

A adoção dessa nova norma gerou os seguintes impactos no patrimônio líquido da Sociedade e suas controladas:

	<u>Ambient</u>	<u>Araucária</u>	<u>Sanevap</u>	<u>Sesamm</u>	<u>Sanama</u>	<u>Total</u>
	<u>Impacto da adoção do CPC 48</u>					
Aumento nas perdas estimadas com contas a receber do ativo financeiro	13.801	4.495	3.284	3.132	390	25.102
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(4.692)</u>	<u>(1.528)</u>	<u>(1.116)</u>	<u>(1.065)</u>	<u>(133)</u>	<u>(8.534)</u>
Impacto em 1º de janeiro de 2018	<u>9.109</u>	<u>2.967</u>	<u>2.168</u>	<u>2.067</u>	<u>257</u>	<u>16.568</u>

Para as atividades das controladas Samar, Caepa e Comasa não houve impacto na adoção da nova norma.

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48, foram aplicadas retrospectivamente, exceto pelas situações descritas a seguir:

- A Sociedade e suas controladas aproveitaram a isenção que lhes permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças de saldos contábeis de ativos e passivos financeiros, resultantes da adoção do CPC 48, foram reconhecidas na reserva de lucros, classificada no patrimônio líquido, em 1º de janeiro de 2018.
- Para outros ativos financeiros não foram identificados impactos relevantes. Os ativos são analisados individualmente pela Sociedade e suas controladas de acordo com as informações disponíveis para mensuração, e são realizadas avaliações dos efeitos de perdas de crédito esperadas.

3.12. Novos pronunciamentos técnicos, revisões, alterações e interpretações já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRS, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade e suas controladas não adotaram de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil/"Leasing"

A nova norma substitui a IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para, praticamente, todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

Não há outras normas CPCs ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Sociedade e suas controladas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos estavam representados por:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	486	267
Aplicações financeiras	5.723	-
Total	<u>6.209</u>	<u>267</u>
	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	6.673	4.165
Aplicações financeiras	91.188	51.817
Total	<u>97.861</u>	<u>55.982</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário – CDB e possuem compromisso de recompra pelo emissor. Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações são remuneradas entre 92% e 101% (95,50% e 100% em 2017) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e Fundos de Investimentos com rendimento de 2,56% a 5,35% ao ano.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos estavam representados por:

	Controladora	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras	1.022	978
Ativo circulante	-	-
Ativo não circulante	<u>1.022</u>	<u>978</u>
Total	<u>1.022</u>	<u>978</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras	1.022	23.704
Ativo circulante	-	22.726
Ativo não circulante	<u>1.022</u>	<u>978</u>
Total	<u>1.022</u>	<u>23.704</u>

Representadas por cotas de fundos de investimentos compostos principalmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB e outras operações compromissadas com prazo de resgate superior a 90 dias para os quais a Administração tem a intenção de manter até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações são remuneradas à taxa média de 92% a 101% (95,50% a 100% em 2017) da variação do CDI.

6. CONTAS A RECEBER E CONTAS A RECEBER LOCAÇÃO DE ATIVOS

Os saldos estavam representados por:

	Controladora	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a receber	<u>115</u>	<u>214</u>
Total	<u>115</u>	<u>214</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Arrecadação a receber (a)	18.161	16.487
Contas a receber de clientes (b)	22.744	28.974
Outros (c)	6.517	2.977
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(13.806)</u>	<u>(11.711)</u>
Total	<u>33.617</u>	<u>36.727</u>
Ativo circulante	32.578	33.950
Ativo não circulante	<u>1.039</u>	<u>2.777</u>
Total	<u>33.617</u>	<u>36.727</u>

a) Refere-se ao faturamento das medições de volume de consumo de água, tratamento de esgoto e de serviços complementares efetuadas pelas controladas Caepa, Comasa e Samar. As próprias controladas são responsáveis pela cobrança junto aos consumidores finais.

- b) Representa valores a receber do DAERP em Ribeirão Preto referentes às medições das estações de tratamento de esgoto da controlada Ambient e do SAAE de Mogi Mirim referente às medições da estação de tratamento de esgoto da controlada Sesamm.
- c) Referem-se ao Valor Mensal de Locação das controladas Araucária e Sanevap, receitas acessórias da controlada Ambient e contas a receber da Controladora.

Os saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro estão distribuídos conforme a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	3.493	3.593
De 31 a 60 dias	1.254	4.838
De 61 a 90 dias	433	5.073
De 91 a 180 dias	946	796
De 181 a 360 dias	981	851
Acima de 360 dias	<u>11.416</u>	<u>2.471</u>
Total de vencidas	18.523	17.622
A vencer:		
Até 30 dias	9.043	10.632
De 31 a 60 dias	9.406	3.620
De 61 a 90 dias	3.157	6.039
A vencer acima de 91 dias	<u>7.294</u>	<u>10.525</u>
Total a vencer	28.900	30.816
Total de contas a receber de clientes	<u>47.423</u>	<u>48.438</u>
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(13.806)</u>	<u>(11.711)</u>
Total de contas a receber de clientes	<u>33.617</u>	<u>36.727</u>

Na controlada Ambient, a Administração julgou necessário constituir provisão para perda em créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$1.293 em 2018 correspondente à 100% dos títulos referentes aos clientes CGR Guataparã e Terra Plana, contabilizados como "outros".

Nas controladas Samar, Caepa e Comasa o critério para constituição da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa reflete a provisão de 100% dos títulos a receber vencidos há mais de 180 dias. Para os clientes que constituem a PCLD, 100% do saldo é provisionado (títulos vencidos e a vencer). Em casos de clientes que possuem parcelamentos, o critério para constituição da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa reflete a provisão de 100% dos parcelamentos vencidos há mais de 91 dias. Para os clientes que constituem a PCLD de parcelamento, 100% do saldo é provisionado (faturas vencidas e a vencer). Além da análise da situação financeira de cada cliente, a Administração leva em consideração os pareceres da assessoria jurídica referentes aos processos judiciais de cobrança existentes. A provisão é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito. Os valores são R\$5.744, R\$33 e R\$70, respectivamente.

Na controlada Sesamm foi constituída provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa referente ao saldo a receber da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim devido a suspensão do pagamento no valor de R\$6.666.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, não existem saldos de contas a receber dados em garantia.

Contas a receber locação de ativos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a receber locação de ativos	453.836	453.836
Recebimentos	(138.684)	(104.941)
Ajuste a valor presente	(198.423)	(211.150)
Ajuste pela taxa de retorno	110.846	85.945
Perdas estimadas	(7.779)	-
Total	<u>219.796</u>	<u>223.690</u>
Ativo circulante	35.023	34.275
Ativo não circulante	<u>184.773</u>	<u>189.415</u>
Total	<u>219.796</u>	<u>223.690</u>

Correspondem às controladas Araucária e Sanevap. As contas a receber de locação de ativos representam os valores a receber da Sabesp, referente à locação de ativos da estação de tratamento de esgoto em Campos do Jordão e São José dos Campos. O ajuste pela taxa de retorno refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 17,05% e 16,50%, respectivamente (17,40% e 16,89%, em 2017) a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pelas respectivas sociedades.

As perdas estimadas em 2018 foram apuradas tendo em vista a adequação à nova norma contábil CPC 48, as controladas registraram o efeito do "impairment" correspondente ao período remanescente da concessão no montante de R\$7.779 (R\$4.495 correspondente a controlada Araucária e R\$3.284 correspondente a controlada Sanevap). As controladas levaram em consideração as características de risco de crédito da operação, seu segmento de atuação, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis às suas áreas de atuação.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato até o fim do contrato e o gasto efetivo com investimento realizado somado a estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar em

2019	35.023
2020	36.430
2021	37.856
Após 2021	<u>110.487</u>
Total	<u>219.796</u>

7. ATIVO FINANCEIRO

Os saldos consolidados estavam representados por:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Custo de investimento (b)	401.734	327.021
Recebimentos	(501.520)	(459.815)
Atualização pela taxa de retorno (a)	461.028	417.275
"Impairment" – ativo financeiro (c)	(17.323)	-
Total	<u>343.919</u>	<u>284.481</u>
Ativo circulante	49.257	38.958
Ativo não circulante	294.662	245.523
Total	<u>343.919</u>	<u>284.481</u>

- (a) Nas controladas Ambient e Sesamm refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 17,17% ao ano (19% ao ano em 2017), 15% ao ano (16,09% ao ano em 2017), respectivamente, a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pelas respectivas Sociedades. A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras previstas no contrato até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

Na controlada Ambient, a parcela fixa de remuneração do investimento é atualizada anualmente pelo IGP-DI. Conforme previsto em contrato, a remuneração também é composta por outros custos fixos tais como custo com pessoal e demanda fixa contratada de energia elétrica. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$32.853 (R\$35.072 em 31 de dezembro de 2017).

Na controlada Sesamm a parcela fixa de remuneração do investimento é atualizada anualmente pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC, conforme previsto em contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$8.852 (R\$8.508 em 31 de dezembro de 2017).

A controlada Sanama encontra-se em fase de pré-operação e as obras não resultam em margem de lucro. Considerando o cronograma de obras e período necessário para regularização das operações da estação de tratamento de esgoto, o saldo está integralmente registrado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018.

- (b) Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo financeiro quando incorridos. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, na controlada Ambient são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$56.699 (R\$102.919 em 31 de dezembro de 2017) e na controlada Sesamm são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$47.895 (R\$43.483 em 31 de dezembro de 2017), distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelos investimentos nas obras conforme previsto nas obrigações contratuais.

- (c) Nas controladas, Ambient, Sesamm e Sanama, em 1º de janeiro de 2018, com a adoção ao CPC 48 (IFRS 9), a Administração da Sociedade revisou o seu modelo de redução ao valor recuperável de seu ativo financeiro e considerou um aumento e tornou mais voláteis, assim, fazendo-se necessário o reconhecimento de "impairment" no montante de R\$13.801, R\$3,132 e R\$390 respectivamente.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar-se em

2019	49.258
2020	67.547
2021	69.844
2022	73.813
Após 2022	83.457
Total	<u>343.919</u>

8. INVESTIMENTOS

As informações, saldos e movimentações dos investimentos estão assim representados:

	<u>Ambient</u>	<u>Araucária</u>	<u>Sanevap</u>	<u>Sesamm</u>	<u>Sanama</u>	<u>Caepa</u>	<u>Comasa</u>	<u>Samar</u>	<u>Total</u>
<u>Informações sobre as investidas</u>									
Quantidade de ações integralizadas:									
Ordinárias	335.443	9.078	3.921	15.062	7.026	2.620	4.763	84.076	-
Preferenciais	670.882	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual de participação	100,00%	51,00%	50,10%	57,00%	60,00%	95,00%	75,00%	100,00%	-
Capital social	48.491	17.800	7.826	19.532	29.600	3.200	10.000	48.446	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	30.220	5.884	3.281	5.621	(3.859)	(508)	379	8.538	-
Patrimônio líquido	145.454	27.998	10.786	41.480	14.277	1.208	6.398	59.921	-
<u>Movimentação dos investimentos</u>									
Saldo em 31 de dezembro de 2016	130.386	11.415	4.582	21.203	2.205	875	4.024	86.919	261.609
Aquisição de participação acionária	-	-	-	-	2.850	353	300	-	3.503
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	358	-	2.500	2.858
Dividendos a receber	(12.673)	(651)	(203)	(366)	-	-	-	(1.777)	(15.670)
Dividendos recebidos	-	-	206	-	-	-	-	-	206
"Fair value" aquisição investidas	-	-	-	-	-	-	-	(1.635)	(1.635)
Equivalência patrimonial	32.307	2.740	858	1.542	(1.483)	(241)	200	7.900	43.823
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>150.020</u>	<u>13.504</u>	<u>5.443</u>	<u>22.379</u>	<u>3.572</u>	<u>1.345</u>	<u>4.524</u>	<u>93.907</u>	<u>294.694</u>
Aquisição de participação acionária	-	-	-	-	7.464	286	-	-	7.747
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	340	-	-	340
Dividendos a receber	(7.177)	(713)	(390)	(761)	-	-	(11)	(1.920)	(10.972)
Dividendos recebidos	(18.500)	-	(206)	-	-	-	-	-	(18.706)
"Fair value" aquisição investidas	-	-	-	-	-	-	-	(1.635)	(1.635)
Atualização norma IFRS 9	(9.109)	(1.513)	(1.086)	(1.178)	(154)	-	-	-	(13.040)
Equivalência patrimonial	30.220	3.001	1.643	3.203	(2.316)	(483)	285	8.538	44.091
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>145.454</u>	<u>14.279</u>	<u>5.404</u>	<u>23.643</u>	<u>8.566</u>	<u>1.148</u>	<u>4.798</u>	<u>98.890</u>	<u>302.182</u>

Em 4 de fevereiro de 2016, a Sociedade adquiriu participação na controlada Comasa mediante integralização de 10% do capital social no montante de R\$750 que representou 75% do capital social integralizado dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve integralização de capital social no montante de R\$300, mantendo sua participação acionária e restando o valor de R\$2.738 a integralizar. A Comasa tem por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 003/2015, celebrado com o Município de Santa Rita do Passa Quatro para exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Em 11 de maio de 2016, a Sociedade adquiriu da OAS Soluções Ambientais S/A, 100% das ações ordinárias da Samar. A Samar foi constituída em 23 de agosto de 2012 e o contrato de concessão tem prazo de duração de 30 anos. O valor justo apurado em Laudo de alocação do preço pago foi de R\$43.328 sendo que foi amortizado durante o exercício de 2018 o valor de R\$1.635 (R\$1.635 em 2017). Em 28 de abril de 2017 a Samar aumentou seu capital social de R\$36.945 para R\$48.446, mantendo sua participação acionária. Em 31 de dezembro de 2018 não houve integralização de capital (R\$7.268 em 2017), restando o valor de R\$4.232 a integralizar. A Samar tem por objeto social cumprir o contrato de concessão de serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba.

9. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do imobilizado em 31 de dezembro está representada por:

Custo do imobilizado	Controladora						Total
	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias em imóveis terceiros	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	57	237	68	218	26	38	644
Adições	-	9	24	41	-	-	74
Baixas	-	(5)	(20)	(3)	-	-	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	57	241	72	256	26	38	690
Adições	-	1	5	47	-	55	108
Baixas	-	-	(1)	(13)	-	-	(14)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>57</u>	<u>242</u>	<u>76</u>	<u>290</u>	<u>26</u>	<u>93</u>	<u>784</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(57)	(87)	(24)	(113)	(3)	(20)	(304)
Adições	-	(25)	(8)	(36)	(3)	(7)	(79)
Baixas	-	1	1	1	-	-	3
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(57)	(111)	(31)	(148)	(6)	(27)	(380)
Adições	-	(24)	(7)	(41)	(2)	(21)	(95)
Baixas	-	-	-	13	-	-	13
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(57)</u>	<u>(135)</u>	<u>(38)</u>	<u>(176)</u>	<u>(8)</u>	<u>(48)</u>	<u>(462)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	130	41	108	20	11	310
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	107	38	114	18	45	322
Taxa média anual de depreciação	20%	10%	10%	20%	10%	10%	

	Consolidado									
	Edificações	Terrenos	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Instalações	Benfeitorias em imóveis terceiros	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.807	35	404	698	582	845	217	118	12	5.718
Adições	-	-	256	111	85	62	80	-	53	647
Baixas	-	-	(66)	(16)	(20)	(5)	-	-	-	(107)
Transferências	-	-	-	-	-	-	47	-	(47)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.807	35	594	793	647	902	344	118	18	6.258
Adições	-	-	-	127	124	225	29	56	-	561
Baixas	-	-	-	(4)	(27)	(72)	(3)	-	-	(106)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.807	35	594	916	744	1.055	370	174	18	6.713
Depreciação acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(631)	-	(391)	(270)	(261)	(388)	(133)	(32)	-	(2.106)
Adições	(146)	-	(10)	(66)	(53)	(127)	(25)	(34)	-	(461)
Baixas	-	-	66	5	1	3	-	-	-	75
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(777)	-	(335)	(331)	(313)	(512)	(158)	(66)	-	(2.492)
Adições	(145)	-	(58)	(92)	(67)	(218)	(32)	(48)	-	(660)
Baixas	-	-	-	5	23	72	3	-	-	103
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(922)	-	(393)	(418)	(357)	(658)	(187)	(114)	-	(3.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.030	35	259	462	334	390	186	52	18	3.766
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.885	35	201	498	387	397	183	60	18	3.664
Taxa média anual de depreciação	4%	-	20%	10%	10%	20%	10%	10%	-	-

A Sociedade e suas controladas revisam a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais mensurados no exercício anterior.

10. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis consolidados estão representados por:

	Controladora			% a.a. Taxa de amortização
	2018		Saldo líquido	
	Custo	Amortização acumulada		
Software	2.906	(1.136)	1.770	20%

	Controladora			% a.a. Taxa de amortização
	2017		Saldo líquido	
	Custo	Amortização acumulada		
Software	2.828	(590)	2.237	20%

	Consolidado			% a.a. Taxa de amortização
	2018		Saldo líquido	
	Custo	Amortização acumulada		
Software	4.709	(2.401)	2.308	20%
Direitos de concessão - outorga (a)	89.462	(18.244)	71.218	3,33% a 6,58%
Investimentos na concessão (b)	25.944	(3.525)	22.419	3,33% a 6,58%
Sistema de Abastecimento de Água (b)	12.853	(1.940)	10.913	3,33% a 6,58%
Sistema de Abastecimento de Esgoto (b)	11.224	(672)	10.552	3,33% a 6,58%
Máquinas, equipamentos e outros ativos (b)	8.015	(3.729)	4.286	10% a 20%
Reformas Prédios existentes (b)	28.177	-	28.177	3,33%
Adiantamentos a fornecedores	4.390	-	4.390	
Mais valia da concessão (c)	43.328	(4.360)	38.968	3,33% a 6,58%
Total	<u>228.102</u>	<u>(34.871)</u>	<u>193.231</u>	

	Consolidado			% a.a. Taxa de amortização
	2017		Saldo líquido	
	Custo	Amortização acumulada		
Software	4.568	(1.585)	2.983	20%
Direitos de concessão - outorga (a)	89.462	(15.270)	74.192	3,33% a 6,58%
Investimentos na concessão (b)	24.608	(2.581)	22.027	3,33% a 6,58%
Sistema de Abastecimento de Água (b)	12.238	(1.410)	10.828	3,33% a 6,58%
Sistema de Abastecimento de Esgoto (b)	4.577	(227)	4.350	3,33% a 6,58%
Máquinas, equipamentos e outros ativos (b)	5.544	(2.980)	2.564	10% a 20%
Reformas Prédios existentes (b)	9.037	-	9.037	3,33%
Mais valia da concessão (c)	43.330	(2.727)	40.603	3,33% a 6,58%
Total	<u>193.364</u>	<u>(26.780)</u>	<u>166.584</u>	

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	159.273
Aquisições	15.633
Baixas	(1.855)
Amortização	(6.467)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	166.584
Aquisições	35.050
Amortização	(8.403)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>193.231</u>

O valor registrado como ativo intangível, refere-se:

a) Direitos de concessão - outorga

Nas controladas Comasa e Samar contabilizam o contrato de concessão conforme a ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão. Elas têm acesso para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo da concessão.

Ao término da concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas, bem como todas as obras e instalações realizadas pelas Controladas, serão revertidas automaticamente ao poder concedente sem qualquer retorno financeiro para as Controladas.

b) Investimentos na concessão

Nas controladas Caepa, Comasa e Samar, estes investimentos englobam bens e serviços necessários à melhoria das redes e das estruturas de captação e distribuição, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo das concessões. A amortização é efetuada de forma linear considerando o menor prazo entre a vida útil dos ativos ou o prazo das concessões.

c) Mais valia da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, em 11 de maio de 2016, a Sociedade adquiriu 100% das ações ordinárias da Samar cujos ativos e passivos foram reconhecidos pela Sociedade por seu valor justo, implicando no reconhecimento de mais valia da concessão no montante de R\$43.330, cuja amortização durante o exercício de 2018 foi de R\$1.635 (R\$1.635 em 2017).

A Sociedade e suas controladas revisam a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo intangível. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais mensurados no exercício anterior.

11. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a Controladora e outras partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de execução, supervisão e gerenciamento de obras.

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	31/12/2018			
	Contas a receber	Dividendos a receber	Contas a pagar	Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras
<u>Controladora</u>				
GS Inima Environment S.A.	-	-	(2.330)	-
Controladas e outras partes relacionadas:				
Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A. (a)	7.456	9.677	(3)	46.540
Araucária Saneamento S.A.	12	713	-	-
Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.	9	391	-	-
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	59	761	-	-
Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S.A	1.311	1.921	(359)	2.865
Sanama Saneamento Alta Maceió S.A	226	-	-	-
Caepa Cia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A	24	-	-	-
Comasa Cia Águas de Santa Rita S.A	51	11	-	-
Consórcio Construtor Vale do Paraíba	8	-	-	-
Consórcio Construtor Alta Maceió	15.736	-	(7.252)	-
Total	24.892	13.474	(9.944)	49.405

Controladora	Controladora			
	31/12/2017			
	Contas a receber	Dividendos a receber	Contas a pagar	Receita de execução, supervisão e gerenciamento de obras
GS Inima Environment S.A.	-	-	(803)	-
Controladas e outras partes relacionadas:				
Ambient Serviços Ambientais de Ribeirão Preto S.A.	17.563	20.128	(12)	44.621
Araucária Saneamento S.A.	18	651	-	-
Sanevap Saneamento do Vale do Paraíba S.A.	19	204	-	-
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.	12	366	-	-
Samar Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.	-	1.777	-	-
Sanama Saneamento Alta Maceió S.A.	26	-	-	-
Caepa Cia. de Água e Esgoto de Paraibuna S.A.	2	-	-	-
Comasa Cia Águas de Santa Rita S.A.	6	-	-	-
Consórcio Construtor Alta Maceió	1.825	-	(1.873)	-
Total	19.471	23.126	(2.688)	44.621

Controladora	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
GS Inima Environment S.A.	-	(2.330)	-	(803)
GS Engineering e Construction Corporation	153	-	-	-
Outras partes relacionadas:				
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	-	(481)	-	-
ECS Operações e Participações Ltda.	-	(93)	-	-
Cesbe S.A Engenharia e Empreendimento	-	(233)	-	-
Cesbe Participações S.A.	-	(419)	-	-
Construtora Elevação Ltda.	-	(421)	-	-
Construtora Said Ltda.	-	(3)	-	-
Enorsul Serviços em Saneamento Ltda.	-	(1)	-	-
Consórcio Construtor Alta Maceió	6.812	(12.092)	1.825	(1.873)
Consórcio Construtor Vale do Paraíba	8	-	-	-
Total	6.973	(16.073)	1.825	(2.676)

A Sociedade e suas controladas proveem a seus empregados benefícios de vale-alimentação, assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida e participação nos resultados, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade reconheceu em suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R\$1.358 (R\$1.264 em 31 de dezembro de 2017) a título de remuneração dos administradores da investida Ambient e Sesamm. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade e suas controladas Ambient, Sesamm e Samar concedem participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados - PLR registrados nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2018, respectivamente, na rubrica de "Obrigações sociais" são de R\$1.549 na controladora e R\$2.079 nas controladas (R\$1.157 e R\$1.743 em 31 de dezembro de 2017). As metas são como seguem:

a) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade e de suas controladas são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano. Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: Metas individuais, Metas Departamentais e/ou Unidades Operacionais e Metas Corporativas.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro, os saldos relativos a empréstimos em moeda nacional, estavam representados por:

Instituições credoras	Consolidado		Circulante	
	Juros e encargos	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a) TJLP + 4,85% a.a.	Abril de 2021	4.492	4.492
Banco Votorantim S.A. - FINAME	(b) 9,5% a.a.	Dezembro de 2020	245	245
Banco Votorantim S.A. - FINAME	(b) SELIC + 4,1% a.a.	Dezembro de 2020	1.251	1.251
Caixa Econômica Federal	(c) TR + 8,5% a.a.	Novembro de 2031	1.301	-
Caixa Econômica Federal	(d) TR + 8,3% a.a.	Julho de 2032	3.968	3.968
Banco Santander Brasil S.A.	(e) IPCA + 7,28% a.a.	Agosto de 2023	23	-
Caixa Econômica Federal	(f) TR + 8,7% a.a.	Agosto de 2035	10.178	10.178
Banco Mercedes S.A.	(g) Pré Fixado + 4% a 6% a.a.	Fevereiro de 2019	14	428
Banco Safra S.A.	(h) Pré Fixado + 6% a.a.	Março de 2019	24	97
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(i) TLP + 2,7% a.a.	Agosto de 2041	93	-
Banco Santander S.A.	(j) CDI + 2,75% a.a.	Novembro de 2020	14.384	7.525
Banco Santander S.A.	(k) IPCA + 7,28% a.a.	Agosto de 2023	79	-
Banco Santander S.A.	(l) IPCA + 7,28% a.a.	Agosto de 2023	56	-
			<u>36.108</u>	<u>28.184</u>
Instituições credoras	Consolidado		Não circulante	
	Juros e encargos	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(a) TJLP + 4,85% a.a.	Abril de 2021	2.882	6.659
Banco Votorantim S.A. - FINAME	(b) 9,5% a.a.	Dezembro de 2020	193	412
Banco Votorantim S.A. - FINAME	(b) SELIC + 4,1% a.a.	Dezembro de 2020	1.215	2.222
Caixa Econômica Federal	(c) TR + 8,5% a.a.	Novembro de 2031	110.384	-
Caixa Econômica Federal	(d) TR + 8,3% a.a.	Julho de 2032	25.909	27.293
Banco Santander Brasil S.A.	(e) IPCA + 7,28% a.a.	Agosto de 2023	2.000	-
Caixa Econômica Federal	(f) TR + 8,7% a.a.	Agosto de 2035	70.791	73.540
Banco Mercedes S.A.	(g) Pré Fixado + 4% a 6% a.a.	Fevereiro de 2019	-	15
Banco Safra S.A.	(h) Pré Fixado + 6% a.a.	Março de 2019	-	24
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	(i) TLP + 2,7% a.a.	Agosto de 2041	15.096	-
Banco Santander Brasil S.A.	(j) CDI + 2,75% a.a.	Novembro de 2020	14.000	28.000
Banco Santander Brasil S.A.	(k) IPCA + 7,28% a.a.	Agosto de 2023	7.000	-
Banco Santander Brasil S.A.	(l) IPCA + 7,28% a.a.	Agosto de 2023	5.000	-
			<u>254.470</u>	<u>138.165</u>

Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

Taxa de Longo Prazo BNDES – TLP.

Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.

- a) Refere-se a financiamento para ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto "Ribeirão Preto" da controlada Ambient obtido do BNDES, captado em fevereiro de 2015. Os juros e o principal são pagos mensalmente até abril de 2021.
- b) Referem-se a financiamentos para ampliação e melhoria da estação de tratamento de esgoto "Ribeirão Preto" da controlada Ambient obtido do Banco Votorantim na modalidade Finame sendo a primeira liberação em março de 2016. Os juros e o principal são pagos mensalmente até dezembro de 2020.
- c) Refere-se ao programa intitulado "Saneamento para Todos" da Caixa Econômica Federal para as obras dos interceptores de esgoto na cidade de Ribeirão Preto da controlada Ambient, captado em agosto de 2018. Os juros e o principal serão pagos mensalmente e terão o vencimento no final de novembro de 2031.
- d) Refere-se a financiamento para a construção da estação de tratamento de esgoto de Mogi Mirim da controlada Sesamm, obtido com a Caixa Econômica Federal. Os juros e o principal são pagos mensalmente julho de 2032.
- e) Refere-se a financiamento para aquisição de sistema fotovoltaico e instalação do mesmo, na Estação de Tratamento de Esgoto no município de Mogi Mirim da controlada Sesamm, capitado em agosto de 2018 junto ao Banco Santander. Durante o período de carência, o contrato prevê pagamento trimestrais dos encargos. Após esse período, os encargos e principais serão pagos mensalmente. O vencimento final do contrato será em 15 de agosto de 2023.
- f) Refere-se a financiamento para a construção da estação de tratamento de esgoto de São José dos Campos da controlada Sanevap, obtido com a Caixa Econômica Federal. Os juros e o principal terão início em setembro de 2015 e serão pagos mensalmente até agosto de 2035.
- g) Refere-se a financiamento na modalidade FINAME para investimento em frota de veículos pesados e implementos da controlada Samar. Os juros e principal são pagos mensalmente com início em julho de 2014 até a data de vencimento em fevereiro de 2019.
- h) Refere-se a financiamento na modalidade FINAME para investimento em retroescavadeira da controlada Samar. Os juros e principal são pagos mensalmente com início em fevereiro de 2014 até a data de vencimento em março de 2019.
- i) Refere-se a financiamentos captado com o BNDES destinados a investimentos na modernização e expansão do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário na cidade de Araçatuba da controlada Samar. Os juros serão pagos trimestralmente com início em fevereiro de 2019 e mensalmente a partir de setembro de 2022 junto com a amortização do principal até a data de vencimento em agosto de 2041.
- j) Refere-se a empréstimo na modalidade "Fixed Rate Note – FRN" captado com o Banco Santander para investimento em obras do sistema de abastecimento de água e esgoto da controlada Samar. Os juros são pagos semestralmente com início em maio de 2018 e o principal também semestralmente com início em novembro de 2018 até a data de vencimento em novembro de 2020.
- k) Refere-se a financiamento captado com o Banco Santander destinado a implantação do sistema de esgotamento sanitário e melhorias no sistema de captação e distribuição de água na cidade de Paraibuna da controlada Caepa. A liberação do recurso ocorreu em 30 de agosto de 2018. Durante o período de carência, o contrato prevê pagamento trimestrais dos encargos. Após esse período, os encargos e principais serão pagos mensalmente. O vencimento final do contrato será em agosto de 2023.

- l) Refere-se a financiamento captado com o Banco Santander destinado a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão da controlada Comasa. A liberação do recurso ocorreu em 30 de agosto de 2018. Durante o período de carência, o contrato prevê pagamento trimestrais dos encargos. Após esse período, os encargos e principais serão pagos mensalmente. O vencimento final do contrato será em agosto de 2023.

Na controlada Ambient, os financiamentos obtidos com o BNDES e Banco Votorantim (item "a e b") estão garantidos por nota promissória, "comfort letter" e alienação fiduciária dos equipamentos vinculados ao FINAME.

O financiamento contratado junto à Caixa Econômica Federal (item "c") possui garantia restritiva ("covenant"), cujo ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) precisa ser igual ou superior a 1,0. Em 31/12/2018 o ICSD da Companhia corresponde à 1,85.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Ambient cumpriu todos os compromissos estabelecidos em contrato.

O financiamento contratado junto à Caixa Econômica Federal pela Sanevap (item "f"), em 6 de maio de 2013, no montante de R\$74.748, tem como objetivo permitir à Sanevap a realização dos investimentos compromissados, referentes ao Contrato de Locação de Ativos firmado junto a Sabesp. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 29 de julho de 2013. Esse contrato tem um prazo de carência de até 27 meses contados a partir da assinatura do contrato. A amortização de principal e juros será efetuada durante 240 meses, em prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 12 do mês subsequente ao término do prazo de carência. Neste contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da controlada e cumprimento de obrigações acessórias. A Sanevap assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro econômico constante no contrato ("covenants"), integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter até a conclusão dos empreendimentos, a relação entre o saldo devedor do financiamento e o Capital Social da controlada na proporção mínima de 93/7.
- Manter, concomitantemente, durante a vigência do financiamento, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual de 1,1 na fase de amortização, além de manter em conta de aplicação financeira vinculada (Conta Reserva) o saldo equivalente a 3 (três) prestações mensais, sendo que a controlada deverá observar o regramento quanto à reposição do ICSD:
- Não contrair endividamento sem a prévia e expressa anuência da CEF.
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, desde que seja atendido o ICSD mínimo.

O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal pela Sesamm (item "d") em 3 de setembro de 2010, no montante de R\$35.063 tem como objetivo permitir à Sesamm a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 3 de março de 2011. Esse contrato tem um prazo de carência de 22 meses a partir da data de contratação, com pagamento de juros trimestrais. Após o prazo de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até julho de 2032.

Nesse contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Sesamm e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde julho de 2013, quando encerrou o período de carência do contrato.

A Sesamm assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"), integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter a relação entre o saldo devedor e o PL na proporção de 80/20.
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD em no mínimo 1,30, sendo o ICSD definido por: EBITDA (-) imposto de renda (-) contribuição social (-) investimento (+) empréstimos (+) aportes de capital (+/-) variação no capital de giro/ amortização de principal + pagamento de juros e EBITDA definido por: Lucro líquido + Despesa (receita) financeira líquida + Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social + Depreciação e amortização + Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais.
- Endividar-se até 1/12 do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a três prestações mensais imediatamente anteriores à data do endividamento.
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30.

Os financiamentos da controlada Samar obtidos na modalidade FINAME (itens "g e h") possuem garantia e alienação fiduciária dos veículos pesados e equipamentos.

O financiamento do BNDES (item "i") possui como garantia a cessão fiduciária dos recebíveis das contas decorrentes da cobrança de água e esgoto. As garantias referem-se a cessão fiduciária de direitos creditórios emergentes do contrato de concessão, bem como de seus aditivos posteriores, o penhor de 100% das ações representativas do capital social da companhia bem como todas as novas ações que a acionista controladora venha a adquirir no futuro, seus frutos, lucros, bonificações, juros, distribuições e demais direitos, inclusive dividendos e juros sobre capital próprio, durante a vigência do contrato.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Samar cumpriu todos os compromissos estabelecidos em contrato.

A Caepa, Comasa e Sesamm (itens "e", "k", "i") com a contratação dos empréstimos junto ao Banco Santander Brasil S.A., assumiram, entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante do contrato, sendo o vencimento antecipado se:

- Contratar novos endividamentos, empréstimos ou qualquer modalidade de financiamento, cujo valor seja superior a R\$5.000, sem aprovação prévia, exceto para perfilhamento de dívida.
- Redução de capital social da emissora/avalista que afetem substancialmente a capacidade de pagamento da dívida.
- Razão entre DFL (Dívida Financeira Líquida) e EBITDA a ser apurado anualmente deverá ser menor ou igual a 3,5x durante a vigência do contrato.

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2018, têm os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2020	53.196
2021	27.476
2022	27.123
2023	26.178
Após 2023	<u>120.497</u>
Total	<u>254.470</u>

13. DEBÊNTURES PRIVADAS

Os saldos relativos a debêntures estavam representados por:

		Controladora			
				Circulante	
<u>Instituição credora</u>	<u>Juros e encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	
Banco ABC Brasil	CDI + 4,35% a.a.	Março de 2021	10.442	11.261	
Custos de transação			(172)	(172)	
			<u>10.270</u>	<u>11.089</u>	
			Não circulante		
			<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	
Banco ABC Brasil	CDI + 4,35% a.a.	Março de 2021	12.575	20.733	
Custos de transação			(201)	(373)	
			<u>12.374</u>	<u>20.360</u>	
		Consolidado			
				Circulante	
<u>Instituição credora</u>	<u>Juros e encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	
Caixa Econômica Federal	TR + 9% a.a.	Março de 2030	15.811	15.794	
Custos de transação			(152)	(152)	
Banco ABC Brasil	CDI + 4,35% a.a.	Março de 2021	10.442	11.261	
Custos de transação			(172)	(172)	
Banco Bradesco BBI S.A	CDI + 3,75% a.a.	Outubro de 2018	-	35.756	
Custos de transação			-	(349)	
Debêntures, líquidas			<u>25.929</u>	<u>62.138</u>	
			Não circulante		
			<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	
Caixa Econômica Federal	TR + 9% a.a.	Março de 2030	88.581	93.651	
Custos de transação			(1.543)	(1.695)	
Banco ABC Brasil	CDI + 4,35% a.a.	Março de 2021	12.575	20.733	
Custos de transação			(201)	(373)	
Debêntures, líquidas			<u>99.412</u>	<u>112.316</u>	

Em 22 de outubro de 2015, a Sociedade assinou contrato de compromisso com o Banco ABC Brasil para estruturação e coordenação de emissão de notas promissórias, com esforços restritos de distribuição no valor de R\$40.000. A amortização do principal e juros será em 10 parcelas pagas semestralmente a partir do sexto mês com remuneração do CDI + 4,35% a.a.

A Sociedade assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"), integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

- (i) As Notas Promissórias contarão com aval prestado pela controlada Ambient.
- (ii) "Covenants" financeiros pela avalista
Dívida líquida / EBITDA anualizado menor ou igual a 3,5x
- (iii) Condições de vencimento antecipado
 - a) Distribuição e/ou pagamento de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora e/ou a Avalista esteja inadimplente com relação a quaisquer de suas obrigações relativas a esta Nota Promissória ou à Emissão.
 - b) Contrate novos endividamentos, empréstimos ou qualquer modalidade de financiamento, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$5.000 (cinco milhões de reais) sem aprovação prévia dos titulares das Notas Promissórias representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Promissórias.
 - c) Redução do capital social da Emissora e/ou da Avalista que afetem substancialmente a capacidade de pagamento das Notas Promissórias sem a prévia e expressa autorização dos titulares das Notas Promissórias representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Notas Promissórias.

Em 15 de fevereiro de 2012, a controlada Araucária firmou Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da espécie com garantia real, com a Petra - Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., como agente fiduciário e representante dos debenturistas no montante de R\$95.500. Foram emitidas 9.550 debêntures, em uma única série, ao valor nominal unitário de R\$10, na data da emissão, sendo o valor total da emissão no montante citado anteriormente. As debêntures foram totalmente subscritas e integralizadas em 7 de março de 2012. O valor nominal unitário de todas as debêntures não será atualizado. A remuneração fará jus a juros equivalentes à variação acumulada da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN, capitalizada de sobretaxa de 9% ao ano ("spread").

A amortização das debêntures será realizada mensalmente a partir de dezembro de 2014 e o vencimento das debêntures ocorrerá no primeiro dia do 216º mês-calendário contado a partir da data de emissão. Os custos de transação incorridos na emissão de debêntures foram contabilizados como redução ao valor justo do instrumento financeiro de dívida e estão sendo apropriados para o resultado na fluência do prazo, pelo custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Em 31 de dezembro de 2018, os custos de transação incorridos, e já parcialmente amortizado, totalizavam R\$1.695, sendo R\$152 no circulante e R\$1.543 no não circulante.

As debêntures são garantidas por:

- (i) Alienação fiduciária - cada acionista alienará fiduciariamente, em favor dos debenturistas, a totalidade das ações ordinárias de emissão da investida Araucária de titularidade de acionistas, bem como todos os bens, títulos ou valores mobiliários nos quais tais ações sejam convertidas e os direitos futuros de preferência de aumento de capital.

- (ii) Os acionistas da Araucária empenharam, também em favor dos debenturistas, os direitos creditórios de titularidade das ações decorrentes do fluxo de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações, desdobramentos, proventos, frutos ou rendimentos, relativos às ações a serem distribuídas pela Sociedade e a todo e qualquer direito de crédito atual ou futuro.
- (iii) A Araucária, em caráter irrevogável e irretratável, cedeu fiduciariamente, em favor dos debenturistas, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65, com a redação datada pela Lei nº 10.931/04, do Código Civil, todos os direitos creditórios, principais e acessórios, atuais e futuros, de sua titularidade, devidos pela SABESP e oriundos do Contrato de Locação de Ativos, inclusive dos direitos creditórios decorrentes da vinculação, pela SABESP, em seu favor, da parcela da arrecadação prevista na cláusula 25 do Contrato de Locação de Ativos, mantidos e/ou creditados na conta de "Recebíveis", inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária.
- (iv) A Araucária, a partir de 1º de dezembro de 2014, está obrigada, em caráter irrevogável e irretratável, a manter na conta corrente de sua titularidade, nº 0495-4, agência 3097, com a Caixa Econômica Federal, os valores referentes à Reserva de Caixa, equivalentes a, no mínimo, os pagamentos devidos, relativos à remuneração e às amortizações de principal das debêntures, devidos nos três meses imediatamente subsequentes. O saldo a ser mantido na conta mencionada anteriormente foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, aos debenturistas.
- (v) Os valores recebidos pela Araucária em razão da integralização das debêntures pelos debenturistas deverão ser depositados na Conta Vinculada, de sua titularidade, nº 0493-8, agência 3097, mantida na Caixa Econômica Federal. O saldo mantido na conta mencionada foi cedido fiduciariamente, em caráter irrevogável e irretratável, aos debenturistas.
- (vi) A Araucária Saneamento S.A possui obrigações contratuais decorrentes da Emissão de Debêntures relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos na Escritura ("covenants" financeiros), que exigem Índice de Cobertura da Dívida (ICSD), não inferior a 1,3x, a ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditores externos independentes registrados na CVM e obrigações financeiras e societárias a serem cumpridas perante os debenturistas. Essas cláusulas são revistas e exigidas no fechamento do exercício social da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade cumpriu com todas as cláusulas restritivas ("covenants") vigentes relativas ao contrato de financiamento.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

O contrato de concessão da controlada Samar, prevê a outorga a pagar ao Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba (DAEA). A outorga a pagar é definida contratualmente como "ônus fixo" e "ônus variável", sendo que o ônus fixo será pago mensalmente durante todo o período da concessão (30 anos) no valor de R\$262 (R\$384 - valor atualizado). No mês de dezembro de cada ano serão pagas o equivalente a duas parcelas, totalizando, portanto, 13 pagamentos no ano. O ônus variável foi liquidado em abril de 2014.

O valor da outorga é atualizado com base no reajuste tarifário que deverá ocorrer a cada 12 meses, mediante a decisão publicada, na imprensa oficial e em sitio na internet, decisão que entrará em vigor imediatamente, levando-se em conta a variação de preços entre janeiro e dezembro do ano anterior, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro, a movimentação dos saldos acumulados de outorga a pagar equivale a:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Valor total de outorga a pagar conforme contrato de concessão	141.420	141.420
Atualização financeira	42.972	39.464
Pagamentos efetuados	(65.834)	(60.879)
(-) Ajuste a valor presente (a)	<u>(54.715)</u>	<u>(56.782)</u>
Total	<u>63.843</u>	<u>63.224</u>
Passivo circulante	4.988	4.845
Passivo não circulante	<u>58.855</u>	<u>58.379</u>
Total	<u>63.843</u>	<u>63.224</u>

(a) O ajuste a valor presente é representado pelo valor justo da concessão na data do registro da outorga com base na taxa de desconto real de 6% a.a., que reflete o custo de oportunidade projetado para o negócio.

15. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é representado por 104.365 cotas (100.102 cotas em 2017), subscritas e integralizadas, com valor nominal de R\$104.365 (R\$100.102 em 2017), conforme demonstrado a seguir:

	<u>Cotas subscritas</u>	<u>Participação %</u>
GS Inima Environment S.A.	102.124	97,85
Tecnicas y Gestion MédioAmbiental S.A.U.	<u>2.241</u>	<u>2,15</u>
Total	<u>104.365</u>	<u>100,0</u>

Em 24 de maio de 2018, os sócios quotistas da Sociedade aprovaram e subscreveram a integralização de capital social no montante de R\$4.263, mediante emissão de 4.263 mil cotas.

A distribuição de lucros é definida em reunião dos quotistas. Em 10 de dezembro de 2018, a Sociedade pagou dividendos no montante de R\$16.000 (R\$3.369 em 2017).

O saldo não distribuído de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária.

16. PROVISÃO PARA RISCOS

Com base nas análises individuais dos processos impetrados contra a Sociedade e suas controladas e com o suporte da opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

Risco de perda provável

	<u>Consolidado</u>			
	<u>2017</u>	<u>Revertida</u>	<u>Adição</u>	<u>2018</u>
Processos cíveis (a)	712	(120)	225	817
Processos trabalhistas (b)	679	<u>(512)</u>	-	167
Total	<u>1.391</u>	<u>(632)</u>	<u>225</u>	<u>984</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2018, as contingências cíveis na controlada Samar refere-se a riscos prováveis de indenizações a terceiros com relação a perdas de bens.
- (b) Em 31 de dezembro de 2018, as reclamações trabalhistas na controlada Samar referem-se a pedidos de verbas de diferenças salariais, pedidos indenizatórios e adicionais de outras naturezas, formulados por antigos empregados, assim como aqueles referentes às empresas terceiras que prestaram serviços.

A Administração da Sociedade e suas controladas, com base na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver riscos significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo sobre seus resultados futuros.

A Samar é parte em outros processos que totalizam o montante de R\$2.110 (R\$1.227 em 2017) e está sujeita a riscos para os quais sua Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, razão pela qual nenhuma provisão foi constituída.

A Araucária, Caepa, Comasa, Sanevap, Sesamm e Sanama não possuem processos contingenciais, cujo risco de perda tenha sido definido como possível pelos assessores e consultores jurídicos.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta - serviços de construção (a)	58.558	44.621	109.918	62.991
Receita bruta - tratamento de esgoto (b)	2.147	2.179	100.874	91.720
Receita bruta - locação de ativo (c)	-	-	37.630	37.688
Receita bruta - água (d)	-	-	51.155	47.242
Receita bruta - gestão comercial	-	-	5.484	6.088
Outras receitas operacionais	-	-	-	186
Remuneração do ativo financeiro	-	-	43.752	46.317
ISS	(1.360)	(950)	(1.360)	(950)
PIS	(445)	(347)	(3.396)	(3.197)
COFINS	(2.052)	(1.483)	(15.649)	(14.631)
ICMS	-	-	-	(3)
Vendas canceladas	-	-	(2.826)	(1.588)
Receita líquida	<u>56.848</u>	<u>44.020</u>	<u>325.582</u>	<u>271.863</u>

- (a) O aumento na receita de construção na controlada Ambient refere-se à construção dos novos interceptores na cidade de Ribeirão Preto; na controlada Samar refere-se aos investimentos em novos projetos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e na controlada Sanama refere-se a construção da estação de tratamento de esgoto e em investimentos em obras lineares.
- (b) O aumento da receita com tratamento de esgoto refere-se ao aumento no volume de esgoto devido às obras dos sistemas de esgotamento sanitário feitas em 2018, bem como o próprio crescimento operacional das controladas.
- (c) A receita de locação de ativo, corresponde às transações nas controladas Araucária e Sanevap, referente ao arrendamento mercantil, onde houve a transferência dos riscos da transação à Sabesp.
- (d) O aumento na receita de tratamento de água é refletido, especialmente, na controlada Samar e refere-se substancialmente ao reajuste tarifário.

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

<u>Custos</u>	Controladora	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custos de pessoal	3.307	3.280
Serviços	26.912	20.819
Obras civis	6.701	1.460
Materiais	551	862
Outros custos com operação (recuperação de custos)	3.653	3.728
Total	<u>41.124</u>	<u>30.149</u>
	Consolidado	
<u>Custos</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Custos de pessoal	24.717	23.459
Materiais	8.910	9.014
Serviços	43.403	36.843
Energia elétrica	19.352	16.594
Taxa de gerenciamento	788	740
Obras civis	57.912	19.828
Outros custos com operação	16.879	18.601
Total	<u>171.961</u>	<u>125.079</u>
	Controladora	
<u>Despesas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Com pessoal	10.155	8.644
Materiais	51	37
Serviços de terceiros	14.595	8.359
Depreciação/amortização	642	546
Publicidade e propaganda	839	1.118
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(947)	-
Outras despesas, líquidas	25	1.348
Total	<u>25.360</u>	<u>20.052</u>
	Consolidado	
<u>Despesas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Com pessoal	19.717	17.819
Materiais	670	479
Serviços de terceiros	22.649	15.081
Depreciação/amortização	1.489	1.370
Publicidade e propaganda	1.034	1.442
Provisão estimada com créditos de liquidação duvidosa	1.149	3.877
Outros	3.870	6.993
Total	<u>50.578</u>	<u>47.061</u>
Gerais e administrativas	50.631	47.084
Outras despesas e receitas operacionais, líquidas	(53)	(23)
Total	<u>50.578</u>	<u>47.061</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	105	454	4.023	4.846
Juros sobre títulos recebidos	-	-	1.530	1.247
Variação monetária	219	533	219	538
Outros	144	2	194	619
Total de receitas	468	990	5.966	7.250
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos e debêntures	(2.800)	(4.885)	(32.097)	(31.922)
Custo sobre outorga	-	-	(5.575)	(7.474)
Juros sobre títulos pagos	(4)	-	(149)	(2.861)
Outras	(587)	(573)	(4.910)	(2.425)
Total de despesas	(3.391)	(5.458)	(42.731)	(44.682)

20. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Em 2018, a Sociedade e as suas controladas alcançaram os requisitos para reconhecimento dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, estão representados por:

Diferenças temporárias	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Impostos diferidos ativos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa:	447	1.394
Participação nos lucros e resultados	1.549	1.157
Base de cálculo	1.996	2.551
Alíquota nominal	34%	34%
Total do ativo	679	867

Diferenças temporárias	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Bases do ativo:				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	15.110	11.385	9.474	17.362
Provisão para riscos	984	286	1.391	773
Provisão para obsolescência dos estoques	89	-	206	-
Ajuste a valor presente (c)	12.196	-	9.977	-
Provisão para lucros e resultados	2.679	949	2.054	808
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.443	7.959	5.666	6.277
"Impairment" - ativo financeiro (e)	390	24.712	-	-
Bases do passivo:				
Lucro diferido (b)	-	(6.131)	-	(4.969)
Realização do ajuste a valor presente (c)	(9.098)	-	(7.278)	-
Ajustes referentes à diferença entre práticas fiscais e societárias (a)	-	(137.404)	-	(108.018)
Base de cálculo	(26.793)	(98.244)	21.490	(87.767)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total do passivo	(9.108)	(33.402)	7.306	(29.841)

- a) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos sobre a diferença entre critério fiscal e societário considerados na apuração da receita e da amortização de ativos, decorrente da adoção dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

- b) Refere-se ao lucro diferido decorrente do reconhecimento do reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão da controlada Sesamm a ser recebido pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim.
- c) Refere-se ao ajuste a valor presente reconhecido e realizado referente aos direitos da concessão (outorga) na controlada Samar.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, calculados com base nas alíquotas nominais, é como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	29.902	31.539
Alíquota combinada vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	(10.167)	(10.723)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Resultado de equivalência patrimonial	14.436	14.344
Diferenças permanentes	<u>(4.458)</u>	<u>(2.772)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(188)</u>	<u>849</u>
Correntes	-	-
Diferidos	<u>(188)</u>	<u>849</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(188)</u>	<u>849</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	66.278	62.291
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	(22.535)	(21.179)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros	<u>(8.566)</u>	<u>(4.991)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(31.101)</u>	<u>(26.170)</u>
Correntes	(20.807)	(19.662)
Diferidos	<u>(10.294)</u>	<u>(6.508)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(31.101)</u>	<u>(26.170)</u>

21. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa desembolsado durante os exercícios referente a:		
Dividendos propostos e não recebidos	13.474	23.126
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa desembolsado durante os exercícios referente a:		
Dividendos propostos e não recebidos	13.474	23.126
Dividendos propostos e não pagos	15.123	16.776
Fornecedores ativo intangível e financeiro	16.850	826

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade e suas controladas participam em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Sociedade e suas controladas avaliam seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis.

Em 31 de dezembro, a Sociedade e suas controladas possuíam os instrumentos financeiros representados por:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	6.209	267
Aplicações financeiras	1.022	978
Contas a receber	115	214
	<u>7.347</u>	<u>1.459</u>
Passivos financeiros:		
Debêntures	(22.644)	(31.449)
Fornecedores	(6.638)	(3.029)
Partes relacionadas	(9.944)	(2.688)
	<u>(39.226)</u>	<u>(37.166)</u>
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u>(31.879)</u>	<u>(35.707)</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	97.861	55.982
Aplicação Financeira	1.022	23.704
Contas a receber	33.617	36.727
Contas a receber locação ativos	219.796	223.690
Ativo financeiro	343.918	284.481
	<u>696.214</u>	<u>624.584</u>
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos	(290.579)	(166.349)
Debêntures	(125.340)	(174.454)
Concessão serviços públicos	(63.843)	(63.224)
Fornecedores	(16.109)	(10.264)
Partes relacionadas	(16.073)	(2.676)
	<u>(511.944)</u>	<u>(416.967)</u>
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u>184.270</u>	<u>207.617</u>

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazo, quando aplicável, foi determinado utilizando-se das taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relativo a instrumentos financeiros (derivativos).

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério de reconhecimento, a base de mensuração e o método de reconhecimento das receitas e despesas em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativa nº 3.

Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas estão expostas a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

As investidas Araucária, Sanevap, Sesamm, Sanama, Caepa e Comasa estão expostas a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TR, que apresenta baixa volatilidade e impacto nos juros sobre os empréstimos. Em função da não relevância da informação, a Administração não efetuou análise de sensibilidade.

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Ambient efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	6,42%	8,03%	9,63%
Receita Aplicação Financeira	1.869	2.336	2.804
UR-TJLP	6,98%	8,73%	10,47%
Juros a incorrer (*)	(515)	(643)	(772)
SELIC	1,00%	1,25%	1,50%
Juros a incorrer (*)	(25)	(31)	(37)
Juros a incorrer líquido	1.329	1.662	1.995

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Samar efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	6,42%	8,03%	9,60%
Receita Aplicação Financeira	78	98	117
CDI	6,40%	8,00%	9,60%
Juros a incorrer (*)	(1.816)	(2.271)	(2.725)
IPCA	3,75%	4,69%	5,63%
Juros sobre outorga a incorrer (*)	(2.394)	(2.993)	(3.591)
TLP	6,98%	8,73%	10,47%
Juros a incorrer (*)	(1.060)	(1.325)	(1.590)
Juros a incorrer líquido	(5.193)	(6.491)	(7.789)

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Sesamm efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo líquido das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	6,42%	8,03%	9,60%
Receita aplicação financeira	848	916	929

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Os principais riscos de mercado a que a Sociedade e suas controladas estão expostas na condução de suas atividades são:

- a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Sociedade e suas controladas não possuírem recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade e de suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Sociedade, para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para a manutenção de seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Sociedade e suas controladas.
- b) Risco de taxas de juros: é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos contraídos são controlados em termos de valor de exposição e de taxas contratadas, em virtude na respectiva natureza, a fim de não expor a Companhia a riscos considerados excessivos.
- c) Risco de créditos: instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Sociedade e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância dos itens segurados, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros, sendo as respectivas coberturas consideradas suficientes para fazer face aos riscos identificados.

Nas sociedades Araucária e Sanevap, por força contratual, mantêm-se regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e o cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram o contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: riscos de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais.

Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas conforme a seguir:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Na Controladora:		
Todos os riscos	Responsabilidade Civil para Profissionais "Directors and Officers"	2.220 18.067
	Responsabilidade Civil	300
	Fiança locatícia	804
	Equipamentos	34
Seguro-garantia	Garantia licitante	873
	Garantia Executante Construtor	1.665
	Garantia Executante Prestador Serviço	102
Na controlada Ambient:		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral	8.000
	Riscos operacionais e de engenharia	75.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	15.652
	Garantia financiamento banco CEF	13.774
Na controlada Araucária:		
Todos os riscos	Riscos operacionais	50.000
Na controlada Sanevap:		
Todos os riscos	Riscos operacionais	40.000
Na controlada Sesamm		
Todos os riscos	Riscos operacionais	10.000
	Responsabilidade civil	3.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	8.365
Na controlada Sanama		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral	17.722
	Riscos de engenharia	50.200
	Compreensivo empresarial	501
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	3.595
Na controlada Caepa:		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral	1.000
	Riscos de engenharia	8.050
	Riscos Operacionais	2.000
	Veículos	100
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	978
Na controlada Comasa:		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral	3.000
	Riscos de engenharia	6.646
	Riscos Operacionais	3.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	2.200
Na controlada Samar:		
Todos os riscos	Responsabilidade civil - geral	20.000
	Riscos operacionais	23.000
	Responsabilidade civil - obras	5.000
	Riscos de engenharia – obras	91.984
	Equipamentos	1.302
	Frota veículos	1.000
Seguro-garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	11.003

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Contrato nº 079/2014, firmado entre SANAMA e CASAL prevê expressamente em sua cláusula 4.1 que seu prazo de vigência tem início a partir da Data de Eficácia e, concedeu à Concessionária o prazo de 48 (quarenta e oito) meses para integralização do capital social.

Assim, haja vista que a Data de Eficácia, com o cumprimento das condicionantes correspondentes, previstas na cláusula 4.2, ocorreu no dia 1º de outubro de 2016, o termo final para integralização do capital social será no dia 30/09/2020.

Este entendimento é corroborado também pela própria CASAL, que o formalizou através do Ofício nº 26/2019 - DP de 04/01/2019, onde dispõe expressamente que o prazo para integralização do capital social da SANAMA se encerra em 30/09/2020.

A Ata de Assembleia Geral Extraordinária da SANAMA que irá tratar do tema, será devidamente registrada e formalizada a partir do mês de fevereiro de 2019, uma vez que, a Junta Comercial de Alagoas encontra-se em recesso.

A Sanama assinou o contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R\$134.558 a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento que tem por objetivo permitir à Sociedade a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. O contrato é datado de 19 de dezembro de 2018, porém foi registrado em cartório em 15 de janeiro de 2019. Os recursos ainda não foram liberados, pois estão aguardando documentos necessários para a liberação.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 25 de abril de 2019.
